

O NOVO PARADIGMA TÉCNICO-PRODUTIVO E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

Francisca das Chagas Silva Lima¹

Introdução

Compreender a educação profissional na perspectiva da relação trabalho-educação constitui a finalidade deste artigo, cuja análise tem como referência as transformações atuais que se estão processando no mundo do trabalho e as demandas educativas resultantes desse processo, tendo como fio condutor as contradições que permeiam as relações sociais no capitalismo contemporâneo.

As causas dessas mudanças, apontadas em vários estudos, são o "esgotamento" do modelo taylorista/fordista de produção, que tem bases técnicas e sociais assentadas na rigidez dos processos de produção, na permanência de tempos mortos e improdutivos, o que impede maior produtividade e a qualidade do produto. Convém destacar que a crise desse processo de produção está relacionada também a uma crise do modo de organização do trabalho e ao acirramento cada vez maior do conflito de classe na produção.

Desse modo, o presente estudo delinea tanto a introdução das inovações tecnológicas e as novas formas de organização e uso do trabalho na sociedade contemporânea, quanto o modo como a educação em geral e a educação profissional em particular são afetadas por essas transformações. Convém destacar que a categoria trabalho constitui eixo para a compreensão do caráter e do sentido dos processos educacionais que ocorrem na sociedade e, de modo particular, na escola.

¹ Doutoranda em Educação, professora da Universidade Federal do Maranhão no curso de Pedagogia e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional (Nupep).

A Qualificação Profissional e os Impactos das Novas Formas de Organização do Trabalho

Tomando como referência a desqualificação do trabalho na sociedade capitalista, engendrada pelo paradigma taylorista/fordista de produção, e as alterações no capitalismo contemporâneo, no que diz respeito ao mundo do trabalho, este estudo busca evidenciar que, embora no âmbito do capitalismo, as mudanças técnicas respondem, sobretudo, às demandas relacionadas à hegemonia e ao mercado, e a natureza das mudanças técnicas ocorridas, especialmente com o advento da microeletrônica, torna possível a pressuposição de que as novas opções tecnológicas e organizacionais (novo paradigma técnico e econômico) comportam possibilidades de valorização da qualificação dos trabalhadores, e a educação profissional pode jogar um papel decisivo nesse processo (CARVALHO, 2003).

Nesse sentido, vale destacar o aspecto positivo entre as inovações e a educação, o qual está relacionado ao novo padrão de produção e organização do trabalho. Essa positividade vincula-se ao papel que o conhecimento e a informação desempenham, tanto na educação como no consumo.

Convém destacar, entretanto, com base em Carvalho (2003), que, se a educação, por um lado, para atender às novas exigências tecnológicas, permite integrar as capacidades tecnológicas para a atividade produtiva e as necessárias para o exercício da cidadania, por outro, essa qualificação só é dirigida para alguns, ou seja, para aqueles que se beneficiam diretamente do processo de modernização.

Além dos aspectos anteriormente mencionados, poderíamos elencar outros relacionados aos aspectos negativos dessa relação, com destaque para a produtividade propiciada pelo novo padrão tecnológico e organizacional, que tem provocado a redução do tempo de trabalho e a expulsão de contingentes cada vez maiores de trabalhadores do acesso ao trabalho.

É preciso ressaltar o fato de que o debate em torno da formação e da qualificação profissional não é recente, e nos

dias atuais se intensifica em razão das inovações técnico-organizacionais, sob o impacto das novas tecnologias inseridas no mundo do trabalho. De acordo com esse debate, as transformações oriundas da incorporação de novas tecnologias e formas organizacionais afetam diferentes esferas sociais, e os lugares que o homem ocupa nessa ordem estão relacionados à qualificação que lhe é oferecida. Podemos pressupor que a formação e a qualificação profissional fazem parte da história do trabalho e sua realização exige daqueles que a efetivam o domínio de certos conhecimentos e habilidades. É por isso que a qualificação dos trabalhadores é considerada um fator fundamental e estratégico, sem o qual não se pode fazer frente aos desafios postos pelo paradigma produtivo que tem por base as potencialidades das novas tecnologias, compatibilizando-se, da forma mais abrangente possível, automação e flexibilidade. Qual, porém, o sentido da qualificação? É o mesmo para os diferentes sujeitos? O que é ser qualificado? Como e onde se qualificar alguém para o trabalho? A quem cabe o papel de qualificar os indivíduos para o trabalho? Como se hierarquizam as qualificações?

Desse modo, convém destacar o fato de que

Na sociedade capitalista, interessa ao capital dispor de uma força de trabalho qualificada para produção e, à força de trabalho, dispor das qualificações que lhe permitam sua inserção de forma vantajosa no mercado de trabalho (CARVALHO, 1999, p. 3).

No contexto das inovações científicas e técnicas, sob o prisma da formação do trabalhador, a escola tem a função de manter e reproduzir as relações imanentes ao capital. Aparentemente, existiria aí um terreno marcado por interesse comum entre capital e trabalho. As contradições, no entanto, que advêm da forma como essa relação se organiza, consequências da profunda divisão social do trabalho, fazem desse terreno palco para disputas ideológicas e políticas. Assim:

A definição do que seja qualificação profissional, bem como quais seriam as qualificações desejadas no momento,

constitui-se numa pequena amostra dessas disputas, principalmente quando, com base nelas, definem-se elementos importantes como prestígio profissional, salário, poder, condições de trabalho, etc. (CARVALHO, 1999, p. 4, *apud* FERRETTI e SILVA JÚNIOR, 1997).

Assim, no contexto do modo de produção capitalista, a formação humana deve ser compreendida a partir da relação dialética da subsunção do trabalhador ao capital e na luta que ele realiza contra essa subsunção, haja vista que o projeto burguês procura educar o trabalhador para o trabalho, ou seja, o projeto educacional capitalista educa-o de acordo com as necessidades de valorização do capital e da reprodução da força de trabalho como mercadoria. Segundo Marx (1971), no valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma na relação social entre coisas; a capacidade pessoal em capacidade das coisas.

Desse modo, de acordo com Machado (1994), esse estranhamento de si próprio, esse não reconhecimento das autossibilidades humanas e a transferência de potência para as coisas, os objetos, as máquinas etc., representam a estrutura básica do processo de alienação humana. A inversão da relação sujeito e objeto e a opacidade das relações sociais daí advindas são fatores adversos às possibilidades de qualificação humana.

Portanto, as formas de produção de mercadorias, como movimento de produção e superação, traduzem a luta do capital para adequar sua base para conformar o substrato técnico-material do processo do valor. Nessa transformação do trabalhador em mercadoria, o trabalho – como resultado da troca material que o homem mantém com a natureza – é transformado em trabalho operário genérico e abstrato que já não produz mais mercadorias nas suas formas naturais para valor de uso e para a satisfação das necessidades imediatas, mas produz mercadorias que se relacionam apenas como valor de troca, pois o que interessa ao capitalista é essa condição das mercadorias.

Nesse sentido, as noções de formação e qualificação devem ser compreendidas no desenvolvimento do capitalismo

e na sua contradição básica: de um lado, a luta da burguesia para que o trabalho seja somente abstrato, de outro, os trabalhadores lutando para que o ato de trabalhar não constitua apenas repetição-reprodução, mas envolva a possibilidade de uma apropriação criadora na relação sujeito-objeto.

A variedade das posições analíticas em torno da qualificação e sua relação com as exigências do mundo do trabalho já são analisadas desde que o modo de produção capitalista começou a ser estudado cientificamente. Com a crescente aplicação da ciência na produção e com a projeção de "novos" paradigmas no cenário industrial, ampliaram-se os debates acadêmicos realizados pela Economia, Sociologia do Trabalho e Sociologia da Educação em torno das relações entre produção e qualificação, ou seja, entre educação e trabalho. Convém destacar que as análises se encaminham, sobretudo, para dois aspectos: o conteúdo do conceito de qualificação e a qualificação requerida pelo capital dos trabalhadores.

Para melhor entendimento da qualificação profissional na sociedade capitalista contemporânea, é decisiva a nova configuração que assume hoje o mundo do trabalho, consideradas as diferenciações (históricas, políticas e sociais) entre países e entre empresas. Aqui, os conteúdos do trabalho são distintos, como o são também os equipamentos e as formas de realizá-lo e geri-lo. A racionalização da produção processa-se de outra forma, sob outro prisma, sem que sejam, contudo, eliminadas a mais-valia, a exploração e a expropriação do saber do trabalhador. Portanto,

Na sociedade capitalista a qualificação profissional não é somente um requisito para realização do trabalho, mas também um elemento constitutivo do valor que a mercadoria assume [...] a qualificação da força de trabalho está a serviço da produção de um conjunto de mercadorias que não pertencem àqueles que a realizam [...] constitui um dos elementos a determinar o valor da força de trabalho, a qual se apresenta como mercadoria fundamental para o processo de valorização do capital (OLIVEIRA, 1997, p. 3).

Como o resultado alcançado pela força de trabalho, no seu conjunto, pertence ao capital, a lógica que norteia a produção

da força de trabalho qualificada é meio e não fim. Convém ressaltar que ao capital seria importante dispor de uma

força de trabalho que já se apresentasse com os requisitos necessários de qualificação para reprodução de mercadorias, preferencialmente, que atendesse às especificidades de cada capital em particular (CARVALHO, 1999, p. 4).

Entretanto, é necessário destacar que, em face do seu custo de produção, a qualificação da mão de obra é viabilizada historicamente pelo capital coletivo ou por seu representante, o Estado.

Assim, considerando as mudanças por que passa o mundo do trabalho, provocadas pelos novos processos técnico-científicos, bem como pelos fatores que determinam a competitividade industrial, a educação ocupa uma posição de destaque no discurso empresarial, governamental e da representação sindical.

O debate sobre o sentido da palavra qualificação para empresários e sindicatos evidencia que ela apresenta significados diferentes. Em linhas gerais, quando o empresariado fala de qualificação, refere-se à qualificação para o emprego, para a função que será desempenhada pelo indivíduo em um determinado posto. Para o sindicato, ao contrário, a qualificação supõe o potencial individual que ele quer remunerar.

O discurso educacional dos capitalistas enfatiza a relação trabalho, educação e cidadania e afirma que, para integração do indivíduo na nova sociedade, cujo paradigma está representado na globalização da economia, nas novas tecnologias e no mercado, a educação constitui o caminho único possível, além de ser um elemento importante para o resgate da dívida social e conquista da cidadania (CARVALHO, 2003).

É preciso, então, compreender os diferentes significados que o termo comporta e a complexidade que ele assume diante da nova realidade produtiva e organizacional. É a educação sendo alçada à condição de "chave mágica" para

[...] a resolução, não somente dos problemas que se acumularam historicamente, como a enorme dívida social,

a falta de qualificação dos trabalhadores e a negação da cidadania a muitos, mas também daqueles que se tornaram mais graves recentemente, com especial destaque para a intensificação do desemprego estrutural (CARVALHO, 1999, p. 6-7).

Coriat, ao analisar o conteúdo e o alcance das inovações organizacionais, o progresso da microeletrônica e o significado das máquinas atuais, destaca que elas apresentam

[...] a) uma capacidade de apanhar, memorizar e tratar a informação, e isto em "tempo real", ou seja, durante o desenrolar das operações de produção; b) em alguns casos, a capacidade de converter as informações tomadas e analisadas em instruções que, transmitidas para "efetores", realizam por meio de ferramentas operações de produção sem intervenção humana (1993, p. 32).

Ao destacar o papel assumido pela informação na esfera das relações de classe, Coriat está-se referindo também às mudanças ocorrentes na formação econômica da sociedade e do futuro do trabalho assalariado e das possíveis e diversas formas de ocupação que o substituirão, ou seja:

O trabalho no sentido tradicional da palavra estaria desaparecendo, isto é, o trabalho que consiste no emprego da própria capacidade em troca de um determinado salário ou seu equivalente. Este desaparecimento será uma consequência dos avanços da automação e da robotização produzidos pela microeletrônica (1993, p. 42).

Para Schaff (1999), essa é uma perspectiva mais ampla, algo a ser construído, no período de trinta ou cinquenta anos, uma vez que essas mudanças não ocorrem instantaneamente, estão se processando, necessitam de tempo para que surjam forças e mecanismos sociais adequados.

Impende evidenciar o fato de que o eixo dos estudos de Coriat está vinculado prioritamente à relação entre robótica e trabalho, entretanto, é a informação que emerge, como núcleo das novas relações sociais e de trabalho que, a partir daí, se estabelecem. Lojkine (1995) aproxima-se dessa compreensão

essencialmente sobre o papel da informação, atribuindo-lhe amplas possibilidades históricas, com a aproximação entre trabalhadores produtivos/improdutivos. Essas proposições circunscvem-se à Revolução Industrial, pois Lojkin aponta que, havendo um significativo movimento de circulação de informações em todos os setores da empresa e da sociedade mediante automação – compreendida como sendo a transferência de funções cerebrais abstratas para a máquina –, as relações sociais de trabalho ocorrerão em novas bases. Nessa perspectiva, essa revolução nasce

[...] sob a proteção das formas mais desenvolvidas das relações mercantis, e vai além da estocagem e circulação de informações [...]. Ela envolve [...] a criação, o acesso e a intervenção sobre informações estratégicas [...], sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética (LOJKINE, 1995, p. 20-119).

Oliveira (1997), apoiada em Lojkin (1995, p.18), compreende que a informação não substitui a produção. “Antes há uma interpretação entre informação e a produção”. Assim sendo, a circulação de informações é um

processo “vivo” e interrupto, através do qual observamos o mundo exterior e agimos sobre ele; eis porque o “valor” de uma informação reside, prioritariamente, na amplitude do seu uso determinado pela sua originalidade, e não pelo volume de sua troca.

Observa-se que a informação se transforma no eixo de centro em torno do qual homem e máquina entram em uma nova forma de interação e onde a divisão social do trabalho, com a informação, passa por profundas alterações.

Se tomarmos como um dos pontos de referência [...] para a compreensão do movimento histórico do tempo presente, a informação termina por assumir um certo grau de relevância nos diferentes aspectos da vida social no seu conjunto. É a informação matéria-prima por excelência dos atuais processos de trabalho, peça fundamental no jogo de investimentos no mercado financeiro, e instrumento

de realização de formas alternativas de trabalho, caso do telework. Sua importância resvala num campo de discussões que envolve uma questão fundamental: acesso/poder (OLIVEIRA, 1997, p. 38).

Para Schaff (1999), às novas tecnologias é atribuído um papel determinante das relações sociais a serem efetivadas, advertindo para a ideia de que as informações, mesmo como expressão de múltiplas possibilidades de comunicação e realização do trabalho, poderiam ser o elemento a impulsionar uma nova divisão entre os indivíduos. Na análise de Schaff (1999, p. 43), "na sociedade informática a ciência assumirá o papel de força produtiva". Mesmo hoje a força de trabalho se modifica e desaparece em sentido social. Na nova estrutura de classes da sociedade, a classe trabalhadora também desaparecerá. Como será, então, essa estrutura?

Insiste Schaff (1999, p. 49) no fato de que, nesse processo,

[...] a informação no sentido mais amplo do termo que, em certas condições, pode substituir a propriedade dos meios de produção como fator predominante da nova divisão social, uma divisão semelhante, mas não idêntica à atual subdivisão em classes.

Com efeito, além dos mecanismos políticos, culturais e ideológicos que reforçam as situações de desigualdade social e cultural, agora também a informação, do ponto de vista do acesso, principalmente, e do conteúdo, pode se conformar, reafirmando-se como uma das vias de exclusão social. Nesse sentido, raciocinamos como Carvalho (1999, p. 41) e questionamos: nessa sociedade marcada pelo predomínio da tecnologia e da informação, como viverão as pessoas? Há que se considerar também sob que condições ocorre esse acesso e em que medida o tratamento da informação cria ou não possibilidades para potencializar a capacidade criativa e os sentidos humanos.

Entre as várias considerações a serem feitas à análise que Schaff realiza, destacamos que a ciência e a automação provocam enorme concentração de conhecimento e riqueza.

Outro aspecto a ser considerado é como essa lógica será superada. Crer que o esclarecimento dos indivíduos opor-se-á a todas as tendências totalitárias é aprender a história na sua concepção liberal e apontar para uma história determinada e elaborada apenas pelo bom senso dos indivíduos e deslocada da produção material. Afirmar que a abundância de informações romperá com o isolamento e a alienação dos indivíduos é abstrair-se de uma análise que dê conta de explicar como se produzem esses processos em uma sociedade marcada pela divisão do trabalho e de classe. Finalmente, é transformar a história em produto de opções individuais subjetivas. Não se considera é que, se o próprio homem modela o seu futuro, esse processo não se realiza apenas a partir de sua subjetividade.

Ao apontar para o fim de toda a luta política e ideológica e de todo confronto social, Schaff crê que o homem superará seus problemas graças a inevitáveis mudanças que a informação e a tecnologia produzirão.

Portanto, sob tais informações, desvela-se o caráter parcial e idealista de umas análises realizadas por alguns estudiosos que examinaram o desenvolvimento tecnológico e o papel atribuído às novas tecnologias. Apesar de importantes, esses estudos

[...] se apresentam insuficientes para dar conta das relações que envolvem a produção, bem como das condições em que são geradas as tecnologias e de como estas têm sido apropriadas pelo capital (CARVALHO, 1999, p. 44).

Esse tipo de compreensão

atribui às novas tecnologias o caráter de categoria determinante, levando à mistificação ideológica do modo de produção capitalista e ao fetichismo do capital, transformando as forças produtivas, que são sociais, em forças produtivas específicas do capital (CARVALHO, 1999, p. 44).

Em *O Capital*, esse processo está descrito da seguinte forma: "o desenvolvimento tecnológico não é uma atividade

socialmente neutra, mas sim decorrente das leis gerais de acumulação do capital" (MARX, 1982, p. 198). Esse processo não opera, portanto, com objetivos desprovidos de vida e tampouco se utiliza de recursos de maneira casual. Incorpora trabalho e deve ser compreendido como uma relação estabelecida "entre as forças produtivas e os modos de produção historicamente específicos mutáveis" (CARVALHO, 1999, p. 45).

É, portanto, sob o prisma da realização dos novos processos de trabalho que a posse e o tratamento das informações passam a integrar, entre outros aspectos, o perfil do trabalhador qualificado. Na qualificação exigida pela aceleração do progresso técnico, a tecnologia é transformada em elemento central, sendo, nesse sentido, determinante inverter a lógica do capital. Assim, compreender o que significa qualificação profissional para o capital é de fundamental importância na perspectiva de articular o discurso educacional e o modelo de qualificação profissional defendido.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. *A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000*. Campinas-SP, 1999.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. *Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre*. Brasília: Plano Editora, 2003.

CORIAT, Benjamin. *Autômatos, robôs e classe operária*. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 1999.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, Lucília R. de Souza; NEVES, Magda de Almeida; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Trabalho e educação*. Campinas: Papyrus, 1994 (Coletânea CBE).

MARX, Karl. *O capital*. v. I São Paulo: EDIFEL, 1982.

_____. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (grundrisse 1857-1858)*. 15. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

OLIVEIRA, Regina Lúcia Freire de. *Um tempo, espaço: trabalho/educação nas diretrizes educacionais para o ensino médio brasileiro nos anos 90*. Natal: UFRN, 1997.

SCHAF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1999.